

**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**  
**ATA DA 93ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Prefeitura, com início às quinze horas em primeira convocação, e às quinze horas e trinta minutos em segunda convocação, realizou-se a 93ª reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sob a presidência de Angela Maria Macuco do Prado Brunelli a presença dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, cujas assinaturas constam da lista de presença anexa, com justificativa de ausência de João Gandra. A presidente em exercício agradeceu a presença de todos e informou que a reunião é conjunta com a 83ª reunião do CMSA, Conselho Municipal de Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. A ata da reunião anterior foi enviada por e-mail, mas não foi colocada para a aprovação. Em seguida Angela informou que por motivo da quarentena imposta pela pandemia do corona vírus, as reuniões dos meses de março e abril não foram realizadas, e a seguir informou a pauta da reunião, com os seguintes assuntos: utilização dos recursos do FUNDEMA, EIV do Edifício Moacyr Caldeira Filho (Pittelli & Pittelli Engenharia Ltda – ME), EIV do Supermercado Savegnago, exigências técnicas para elaboração de EIV, e outros assuntos. Telma informou que a nova nomeação do COMDEMA foi feita através do decreto nº 14.066/2020, e que hoje estavam presentes dois novos membros, Leandro Torelli pelo SAAEB, e Valentim Scalon pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Angela iniciou a reunião e passou a discutir o uso dos recursos do FUNDEMA, Fundo Municipal do meio Ambiente, e informou que foi comprada uma motosserra e ferramentas para o Parque Ecológico, no valor total de R\$ 1.335,01; também informou que a empresa Dreyfus depositou R\$ 11.400,00 na conta do fundo para auxiliar no custo hora máquina para operação da draga, para serviço de desassoreamento do Córrego Mandembo, a montante da ponte na rodovia SP 322; acrescentou que o desassoreamento a jusante da ponte terá financiamento direto do DER, Departamento de Estradas de Rodagem; também foi informado que será feito a recuperação do alambrado do Parque Ecológico, primeiramente na parte frontal, e a compra e instalação de câmaras de vigilância, quando será apresentado orçamento a esse conselho para aprovação. Angela pediu inversão da pauta para discutir dentre outros assuntos, a elaboração do relatório de cumprimento de metas do Plano de Saneamento, atribuição essa do Conselho de Saneamento; informou que deverão ser relatados os investimentos do SAAEB em água e esgoto, e da Prefeitura em lixo e drenagem; Angela disse que em contato com Marcelo Negro, foi informado que o SAAEB tem um PMI, Plano de Metas e Investimento, mas não foram esclarecidas quais as ações que estão sendo implementadas, o que sugere seja feito um ofício solicitando informações sobre esses PMI, dados esses que também serão utilizados no PMVA, Programa Município Verde Azul, o que foi aprovado; Leandro Torelli informou que está sendo licitado o TR, Termo de Referência, para abertura de 11 poços profundos, e outro TR para o estudo de interferência do Aquífero Guarani, sendo que esse será pago com recurso a fundo perdido do Fehidro, Fundo Estadual de Recursos Hídricos; Angela reforçou que para a abertura de 11 poços, é necessário seja feito o estudo de balanço hídrico, para verificar a viabilidade técnica, e também que o uso da água subterrânea no abastecimento público, em nossa cidade, deve ser estratégico, ou seja, utilizado quando os mananciais superficiais não forem suficientes; Angela considerou que o não é garantido o uso dos aquíferos Bauru e Serra Geral, pois em período de estiagem eles podem não recarregam, além do fato que já foi constatado contaminação no Bauru, o que por si só oferece risco no investimento de abertura destes 11 poços; considerou também que a validação do relatório de saneamento fundamenta os futuros investimentos em saneamento, assim como auxilia em qualquer futura representação junto ao Ministério Público, além de fundamentar a revisão do Plano de Saneamento. Angela informou que em drenagem, o município está pleiteando recursos da Defesa Civil, para obras emergenciais em áreas de risco sujeitas a inundação ou onde houve queda de ponte, como a execução de galerias na travessia da Av. Raul Furquim com a rodovia SP 322, e da galeria na variante Lourenço Santin e Rua Eurico Medeiros; Leandro informou que o SAAEB irá pleitear recurso junto ao comitê de bacia para substituição de trecho do interceptor de esgoto, que

52 seguem pelas avenidas Hércules Pereira Hortal e Sérgio Stamato, entre o Sambódromo e o  
53 Museu, devido ao subdimensionamento desta rede, mas a necessidade desta obra deverá estar  
54 relacionada no Plano de Saneamento. Angela informou que quanto ao resíduo, está aberta uma  
55 licitação para compra de um triturador de entulho, que será um equipamento seminovo, que  
56 processa de 11 a 25 m<sup>3</sup> por hora, e comprado um triturador de resíduo da poda, para galhos de  
57 até 23 cm, que será pago com recurso do Pré-sal; e informou que o material triturado do  
58 entulho poderá ser utilizado na recuperação de estradas e o da poda na compostagem. Foi  
59 informado que o EIV do Edifício do Moacyr Caldeira como não foi enviado por e-mail com  
60 antecedência, deverá ser analisado na próxima reunião; outros EIVs deverão estar sendo  
61 protocolados para análise, a saber da Cargill, esse com correções, do novo cemitério da  
62 Delphos Empreendimentos, edifício no Jardim Três Marias da Pierini Empreendimentos,  
63 edifício na Av. Osvaldo Perrone da Construtora CTS, e o EIV da Unifafibe, apesar de ainda  
64 não ter apresentado as correções, quando será agendada uma reunião com o representante da  
65 escola, que não ocorreu antes por conta da quarentena do corona vírus. A seguir com a  
66 presença de Marcelo Negro e Antônio Procópio, foram apresentadas maiores esclarecimentos  
67 sobre os investimentos do SAAEB, e Marcelo informou que está destinado pelo Fehidro um  
68 valor de 750 mil reais para o estudo de interferência do Aquífero Guarani, e o projeto para  
69 solicitar autorização para abertura dos 11 poços profundos, baseado em estudo geológico, 3  
70 poços no aquífero Bauru, e os demais em aquífero misto, podendo captar até do aquífero  
71 Adamantina; informou também que será feito o licenciamento e desassoreamento das lagoas  
72 do córrego do Rogério, na bacia do Retiro, contribuindo com a Captação de Água 2, CAP 2 de  
73 forma estratégica, apesar de não se localizarem em área pública, sendo portanto um  
74 investimento privado; informou que essa contribuição deverá ser tratada tanto na estação de  
75 tratamento 2, ETA 2, como na ETA 1, que tem maior capacidade em volume de tratamento;  
76 Angela observou que o setor norte da cidade foi onde ocorreram uma maior quantidade de  
77 desdobros, levando ao subdimensionamento da rede e da capacidade de abastecimento,  
78 Marcelo informou que foram feitas várias investigações e reparos na rede para controle de  
79 perdas, com o recurso de geofonia, e um projeto de manutenção da ETE, estação de tratamento  
80 de esgoto do Mandembo; Tadeu solicitou ao Marcelo a apresentação das análises dos efluentes  
81 das ETEs, para cumprimentos das ações do PMVA; essa solicitação, a apresentação do projeto  
82 da ETE do Mandembo, dentre as citadas anteriormente, serão feitas por ofício. A seguir passou  
83 a ser discutido o EIV do Supermercado Savegnago, e Angela e Nair Quadros se colocaram à  
84 disposição para os esclarecimentos necessários, abstendo-se de votar; Telma apresentou alguns  
85 apontamentos: na pág. 7 a planta impressa não está legível, e foi informado que será anexada  
86 planta em escala legível; no item 3.3.1 foi indicado o número de vagas para idosos e  
87 deficientes para o número mínimo de vagas proporcional a área edificada, e não sobre o total  
88 de vagas do estacionamento, o que foi considerado assunto omissso no Plano de Mobilidade e  
89 Acessibilidade, devendo portanto ser discutido na CTLU, Câmara Técnica de Legislação  
90 Urbanística; no item 3.3.2 foi informado que faz uso do gás Fréon 22, mas não esclarece se  
91 haverá um aumento do volume nos equipamentos, devendo portanto serem feitos maiores  
92 esclarecimentos; no item 4.1 deve ser renomeado de “Taxa de Ocupação” para “Índices  
93 Urbanísticos”, e também ser citada a área total do terreno; Camila questionou no item 5 quais  
94 os critérios de para a definição da área de influência, uma vez que foram indicados raios de  
95 120 m e de 500 m, o que foi explicado que foi usado aleatoriamente conforme critério da  
96 Cetesb; no item 5.2 Camila questionou o número de clientes adotados conforme informação do  
97 cliente, e considerou que isso pode caracterizar condução da análise, devendo portanto ser  
98 embasado em dados, e Angela esclareceu que alguns dados devem ser fornecidos pelo cliente,  
99 e não obtidos pelo serviço de elaboração do EIV, uma vez que poderia encarecer o serviço  
100 contratado, sendo portanto de responsabilidade do cliente, como já ocorre nos licenciamentos  
101 feitos junto à Cetesb; nos itens 5.3 e 5.3.1 Camila sugeriu que a dissertação sobre a  
102 metodologia do EIV são dispensáveis, sendo essencial o fornecimento de dados de forma  
103 objetiva, e todo parecer emitido deve ser dimensionado em uma escala; no item 5.4.3 foram  
104 usadas siglas como PMIP, ETRD, sem colocar por extenso; o item 5.6 Telma observou que  
105 não foi feita a classificação da área, que provavelmente deve ser ‘diversificada’, e nem faz

referência aos níveis sonoros máximo e mínimo de 50 a 60 dB, e considerou que na Rua Antônio Gamboni, no período noturno, o nível sonoro deve ser de 50 dB, considerando que é o local do imóvel onde estão instalados motores e equipamentos que emitem ruído permanentemente e há o uso residencial, e na AV. Pedro Paschoal, não ficou claro se foi classificada como ‘predominantemente industrial’ ou ‘estritamente industrial’, onde o nível sonoro pode atingir 70 dB, e também observou que a tabela 7 deve indicar o nível sonoro nos períodos diurno e noturno, conforme prevê a NBR 10.151, o que será acrescentado, inclusive serão realizadas as medições sonoras nos dois períodos; no item 5.7.4 a classificação das vias e velocidades não estão de acordo com o PDM, Plano Diretor Municipal, em especial a categoria da Av. Quito Stamato está como arterial secundária, mas conforme PD18, mapa do sistema viário, ela é arterial primária, devendo as velocidades das vias arterial serem corrigidas para 50-60 km/h, e vias locais para 25-30 km/h, o que Angela considerou que apesar da Av. Quito Stamato estar como arterial primária, ela de fato tem categoria de secundária, mas justificou que a leitura do mapa PD18 está prejudicada na indicação das cores, e Telma observou que para a categoria dessa via ser alterada para arterial secundária será necessária uma reunião de CTLU; no item 5.7.4 a classificação das vias e o cálculo da VFL, Velocidade de Fluxo Livre, para a Av. Pedro Paschoal devem ser revistos, considerando os valores adotados para ajustamento da largura de faixas, ou ffa; no item 5.7.5 solicitou esclarecimento sobre o que é Vcp, o que foi informado que é a velocidade de capacidade da via, e também solicitou seja feito uma explicação mais detalhada, associando os dados obtidos como a conclusão sobre a capacidade das vias ou nível de serviço; o item 5.9 ao se referir aos índices de sombreamento/iluminação na região, não cita a altura da edificação, ou quantos níveis possui; no quadro 05 do item 6, as informações das ‘medidas preventivas’ e de ‘impacto ambiental’ não fazem referência à vibração e som, e sim a emissão de gases, devendo portanto serem corrigidos; o item 6.2 sobre ‘impactos negativos’ não cita a geração de ruídos; o quadro 11 do item 8 não cita as medidas de mitigação de ruído; Angela disse que irá acrescentar no item 5.6 que trata de ‘ruídos e vibrações’, quais as medidas já adotadas para mitigação, realizadas anterior ao EIV. A seguir foi informado que não houve neste período reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo Grande, CBH-BPG, e nem da Câmara Técnica de Planejamento. Angela perguntou se alguém gostaria de fazer uso da palavra, e não havendo mais nada a tratar, deu a reunião por encerrada, agradecendo a presença de todos. Eu, Telma Alves Magro, lavrei a presente ata, que será por mim assinada e pela presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, no dia vinte e um do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

**Angela Maria Macuco do Prado Brunelli**  
Presidente em Exercício do COMDEMA

**Telma Alves Magro**  
Secretária